



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S



Nova Friburgo/RJ, 08 de outubro de 2025.

PAe nº 37.470/2025

À Procuradoria-Geral

Senhor Procurador,

Com cordiais cumprimentos, em atenção à impugnação interposta ao processo licitatório deflagrado através do PAe nº 9.784/2025, na inteligência do art. 146, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021, remete-se o presente para apresentar **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE LICITAÇÃO**, pelos fatos e fundamentos abaixo delineados.

DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO E DA RESPOSTA

1. Sem delongas, a empresa impugnante fundamentou a tempestividade da r. impugnação, na forma do art. 41, § 1º da Lei nº 8.663/2019 c/c art. 12 do Decreto nº 10.024/2019.
2. Neste sentido, há de se observar que a Lei nº 8.663/2019 não se encontra em vigor, visto que revogada pela Lei nº 14.133/2021.
3. Sendo assim, a r. impugnação deve ser fundamentada no art. 164 da Lei nº 14.133/2019, *verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4. Portanto, a resposta à impugnação encontra-se dentro do prazo estabelecido pelo parágrafo único do comando legal citado.

DA FUNDAMENTAÇÃO

5. A impugnação ataca os itens 3.5.18 e 3.11.6 do Edital, alegando o excesso de subjetividade, *“uma vez que não especifica de forma objetiva e técnica o meio pelo qual essa integração deve ocorrer”*, em resumo.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S



6. Não obstante, torna-se de fácil percepção que não há nenhuma irregularidade nos itens descritos, uma vez que o sistema atual utilizado pelo processamento da folha de pagamento é fornecido pelo *software* da empresa E&L.

7. Neste sentido, a empresa vencedora do certame deverá, obrigatoriamente, ter integração com o sistema E&L ou outro que venha a substituí-lo, sendo que a ausência dos termos técnicos da Interface de Programação de Aplicações (API) e a *Proof of Concept* (POC) no Edital, não impede o prosseguimento do certame, muito menos trará prejuízos ao erário, posto que a empresa vencedora deverá utilizar as tecnologias disponíveis e necessárias para garantir a implementação e comunicação entre os *softwares*.

8. *Contrario sensu*, a utilização de excesso de termos técnicos, bem como a limitação ou controle de tecnologias a serem utilizadas, afetam diretamente os princípios da Administração Pública e, por consequência lógica afeta a ampla concorrência, princípio básico da licitação.

9. A determinação de utilização ou não utilização de determinadas tecnologias não pode ser imposta pela Administração Pública, quando se verifica uma infinidade de *softwares* existentes no mercado, sendo que o objetivo final é a entrega e efetividade do serviço a ser contratado.

10. Aliás, os itens 4.3.4 e 4.3.5 determinam que a Administração Pública deverá emitir relatório técnico e de compatibilidade entre os *softwares*, *verbis*:

4.3.4. A apresentação da amostra do sistema deverá ser oferecida à Comissão Específica, instituída através de ato administrativo próprio, a qual será responsável por elaborar relatório técnico e de compatibilidade, sendo tal ato requisito para a homologação da licitação.

4.3.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

a) *Totem/Tablets*.

b) Software de gestão de sistema de ponto, via *web*, integrado com gestão de escala de plantão e gestão de controle de férias.

c) Manutenção da base de dados do sistema em servidor *web-service*.

d) Treinamento e suporte técnico aos servidores públicos.

11. Seguindo, a empresa impugnante, com os mesmos argumentos, entende ser obrigatória a especificação criteriosamente técnica na apresentação dos aparelhos de marcação – *totem/tablets* –, exigida no item 4.3.5 do Edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S



12. Na mesma linha de raciocínio, exigir critérios com excessos de termos técnicos, mostra-se ineficiente, uma vez que existem uma infinidade de produtos no mercado que executam as referidas tarefas.

13. Ademais, o próprio Termo de Referência determina: *“Instalação dos terminais coletivos para marcação de ponto, do tipo totem, e/ou outro com a mesma funcionalidade”*.

14. A determinação editalícia atende o princípio da ampla concorrência, uma vez que se possibilita centenas de empresas que se utilizam de tecnologias distintas a participar do certame.

15. Não menos importante, há de se ponderar que o *software* deverá possibilitar a marcação via aplicativo *mobile* compatível com os sistemas operacionais *ANDROID*, *IOS* e *WINDOWS*, conforme determina o item 3.5.6.

16. Em sequência, a empresa impugnante entende que os itens 18.1 e 18.1.1 não atendem o objeto, uma vez que *“pode comprometer a plena execução contratual, acarretando falhas na gestão da frequência, insegurança jurídica e potenciais prejuízos à Administração”*.

17. A empresa impugnante equivocou-se, uma vez que não existem os itens 18.1 e 18.1.1 no Edital, sendo os itens 8.16.1 e 8.16.1.1 equivalentes às r. exigências.

18. Contudo, torna-se nítido que a empresa impugnante não observou os itens subsequentes os quais determinam, *verbis*:

8.16.1.2. A soma da quantidade de equipamentos citados no(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá ser de, ao menos, 50% (cinquenta por cento) do total de equipamentos e licenças citados no objeto do Termo de Referência.

8.16.1.3. Será aceito o somatório de atestados para comprovação do quantitativo mínimo exigido.

8.16.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade na respectiva entidade profissional em plena validade, se houver.

8.16.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.16.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S



8.16.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19. Neste prisma, há de se considerar todos os atestados, uma vez que o sistema deve possibilitar diversas maneiras de marcação, seja através de *totem/tablets*, outros dispositivos de marcação coletiva, bem como via aplicativo *mobile*.

20. Quanto ao argumento de que o Edital não elenca a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados –, equivoca-se mais uma vez a empresa impugnante, uma vez que os itens 3.6.3 e 9.2.12, determinam observância total a referida norma, *verbis*:

3.6.3. Tanto a empresa quanto o *software* apresentado devem atender à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – lei nº 13.709/2018).

9.2.12. Respeitar, na forma da Lei Civil, Penal Brasileira, bem como na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), os direitos autorais da CONTRATADA e tudo mais que, porventura venha a ter acesso, através do serviço contratado.

CONCLUSÃO

21. A impugnação é tempestiva, bem como a resposta à impugnação, vez que respeitados os prazos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

22. A impugnação não deve ser acolhida, uma vez que todo o procedimento licitatório, encontra-se dentro dos princípios que regem à Administração Pública, bem como o princípio básico da ampla concorrência.

23. O Termo de Referência exige inúmeras especificações técnicas referentes à implantação e integralização entre os *softwares*, as quais deverão ser atestadas por Comissão Específica, a fim de se garantir a finalidade do objeto, bem como a eficiência do funcionamento do sistema, motivo pelo qual não há que se falar em subjetividades dos itens impugnados, muito menos em cláusulas genéricas.

DECISÃO

24. Diante do exposto, recebo a r. impugnação, eis que tempestiva e no mérito **INDEFERE-SE**, na forma da fundamentação alhures.

25. Procedam-se com os trâmites de estilo, na forma do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O E R E C U R S O S
H U M A N O S



26. Após, prossigam-se com o feito.

Sem mais, estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, aproveitando a oportunidade para apresentar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Assinado por RODRIGO JARDIM ASCOLY
075.*** **
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
08/10/2025 15:22:08

Rodrigo Jardim Ascoly
Secretário de Gestão e Recursos Humanos
Mat. 063.781